COMERCIAL LUPO S.A.

CNPJ 50.714.773/0001-08

Relatório da Administração - 2025

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2025 foi marcado por importantes investimentos e resultados consistentes. Apuramos receita bruta de R$ 44,9 milhões no ano, ficando 3,0% superior ao observado em 2024 ao desconsideramos as lojas próprias, que migraram para a Lupo Lojas Ltda. Dentre nossas unidades de negócio, destacaram-se a Lupo Administração Participações Ltda., cuja receita bruta aumentou 2,1% em 2025 vs. 2024, e a LLi9, que atingiu um faturamento de R$ 3,0 milhões - resultado expressivo frente aos R$ 2,1 milhões registrados no ano anterior. O Hotel Fazenda Salto Grande e o Shopping Lupo registraram faturamento de R$ 12,9 milhões e de R$ 0,9 milhão, respectivamente, totalizando R$ 13,8 milhões em 2025.

O lucro líquido, por sua vez, foi de R$ 28,2 milhões em 2025, representando um aumento de 2,3% frente ao apurado no ano anterior. Já a margem líquida foi de 66,3%, um incremento de 8,6 p.p. vs. 2024. Esses resultados foram acompanhados por significativos investimentos. Com efeito, eles somaram um total de R$ 9,1 milhões em 2025, 49,3% acima do registrado em 2024. Nossa performance em 2025 comprova a boa evolução de nossas unidades de negócio. Seguiremos comprometidos com a geração de valor sustentável e com a evolução contínua de nossas operações, sempre prontos a responder aos desafios e oportunidades do cenário econômico.

Liliana Aufiero
Diretora Presidente

RECEITA BRUTA

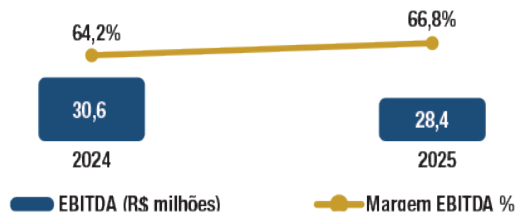
A receita bruta consolidada foi de R$ 44,9 milhões em 2025, 13,7% abaixo do apurado no ano anterior. Desconsiderando as lojas próprias, que foram transferidas para a Lupo Lojas Ltda. em outubro de 2024, a receita bruta teria crescido 3,0% em 2025. A parceria agrícola registrou faturamento de R$ 1,3 milhão em 2025 contra R$ 1,8 milhão em 2024. Essa variação decorreu do reconhecimento das receitas pelo regime de caixa, o que ocasiona descasamentos temporais entre os exercícios comparados.

(R$ milhões)	2025	2024	Var.
Comercial Lupo S.A. Matriz	0,3	0,0	1619,8%
Hotel Fazenda Salto Grande	12,9	13,5	-4,6%
Hospedagens	5,5	5,4	1,0%
Restaurante	7,4	8,1	-8,3%
Shopping Lupo	0,9	0,8	18,2%
Lojas Próprias	–	8,4	-100,0%
Lupo Adm. Particip. Ltda.	27,9	27,3	2,1%
Aluguéis e arrendamentos	26,5	25,5	4,0%
Parceria agrícola	1,3	1,8	-25,7%
LLi9	3,0	2,1	43,5%
Receita Bruta	**44,9**	**52,1**	**-13,7%**

EBITDA

Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization

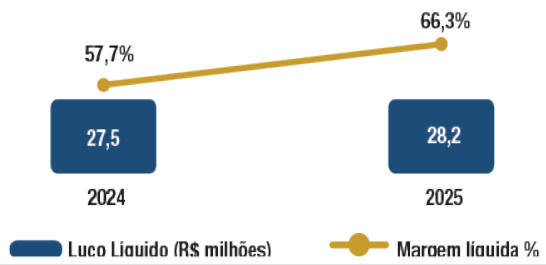
A margem EBITDA foi de 66,8% em 2025, ficando 2,6 p.p. acima do verificado em 2024.



O EBITDA permite uma melhor compreensão não apenas sobre o desempenho financeiro, como sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido atingiu R$ 28,2 milhões em 2025, representando um aumento de 2,3% vs. 2024. A margem líquida, por sua vez, registrou um incremento de 8,6 p.p. frente ao ano anterior, figurando em 66,3%.



INVESTIMENTOS

Nossos investimentos em 2025 atingiram um total de R$ 9,1 milhões. Os recursos foram dirigidos, principalmente, a ações de conservação patrimonial, no montante de R$ 2,5 milhões, e ao Hotel Fazenda Salto Grande, que recebeu R$ 5,2 milhões.

(R$ milhões)	2025	% Sobre Total
Hotel Fazenda Salto Grande	5,2	56,6%
Construção do campo de footgolf	0,3	2,8%
Construção da cobertura da piscina	1,7	19,2%
Aquecimento e geração de energia fotovoltaica	3,1	33,9%
Aquisição de móveis, utensílios, informática e infra	0,1	0,7%
Shopping Lupo	1,3	14,0%
Adequações/Móveis/Utensílios/Instalações	1,3	14,0%
LLi9	0,0	0,3%
Reforma Prédio Sebrae	0,0	0,3%
Lupo Adm. Particip. Ltda.	0,1	1,2%
Construção do muro na planta de Pacatuba-CE	0,1	1,2%
Conservação Patrimonial	2,5	27,8%
Benfeitoria patrimonial	1,8	19,4%
Desassoreamento da Represa	0,8	8,2%
Recuperação da barragem e margem	0,0	0,1%
Total Investimentos	9,1	100,0%

Nossos investimentos em operação e expansão no período pós-pandemia (2021 a 2025) totalizaram R$ 14,9 milhões.

(R$ milhões)	Investimentos 2021-2025	NOPAT 2025	ROIC	Retorno Estimado (anos)
Hotel Fazenda Salto Grande	9,0	1,1	12,4%	8,1
LLi9	3,8	0,6	16,2%	6,2
Shopping Lupo	2,1	0,4	21,0%	4,8
Total Investimentos	14,9	2,2	14,6%	6,9

* NOPAT: Net operating profit after tax.

REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS

A proposta de remuneração total aos acionistas é de R$ 24,8 milhões, composta por dividendo estatutário de R$ 3,2 milhões e por dividendo adicional de R$ 21,6 milhões.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Comercial Lupo S.A. referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2025, bem como as de anos anteriores, estão disponíveis no website: http://publicacoes.lupo.com.br/.

AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Companhia preserva a independência de seus auditores. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os auditores da Companhia, KPMG Auditores Independentes Ltda., não foram contratados para outros serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras do período.

Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares Reais)*

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	Consolidado 2025	Consolidado 2024	Controladora 2025	Controladora 2024
Caixa e equivalentes de caixa	9	48.112	32.977	42.901	29.256
Contas a receber de clientes	10	2.807	3.028	2.807	2.975
Estoques	11	90	1.806	38	1.754
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.309	–	1.309	–
Impostos a recuperar		–	166	–	166
Dividendos a receber		–	–	1.832	1.301
Outras contas a receber		2.500	2.338	229	151
Total do ativo circulante		54.818	40.315	49.116	35.603
Impostos a recuperar		14	14	14	14
Depósitos judiciais		13	10	13	10
Total do realizável a longo prazo		27	24	27	24
Investimentos	13	–	–	88.061	88.146
Propriedades para investimento	14	107.573	109.161	20.623	20.841
Imobilizado	15	72.036	64.022	71.132	63.227
Intangível		255	255	255	255
		179.864	173.438	180.071	172.469
Total do ativo não circulante		179.891	173.462	180.098	172.493
Total do ativo		234.709	213.777	229.214	208.096

Passivo	Nota	Consolidado 2025	Consolidado 2024	Controladora 2025	Controladora 2024
Fornecedores	16	775	1.073	775	1.072
Salários e férias a pagar	17	1.629	1.588	1.629	1.588
Impostos e contribuições a recolher	18	613	605	517	520
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	765	749	–	17
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	19	23.195	3.150	23.195	3.150
Outras contas a pagar	20	1.339	1.372	1.211	1.059
Total do passivo circulante		28.316	8.537	27.327	7.406
Passivo fiscal diferido	12	12.676	12.273	8.170	7.723
Dividendos a pagar	19	759	–	759	–
Provisões para contingências	21	–	127	–	127
Outras contas a pagar	20	4.095	–	4.095	–
Total do passivo não circulante		17.530	12.400	13.024	7.850
Patrimônio líquido	23				
Capital social		164.654	136.398	164.654	136.398
Reserva de capital		5.322	5.322	5.322	5.322
Ações em tesouraria		(5.322)	(5.322)	(5.322)	(5.322)
Reserva legal		1.418	1.382	1.418	1.382
Reserva para investimento		2.153	26.874	2.153	26.874
Ajuste de avaliação patrimonial		20.638	20.626	20.638	20.626
Dividendos adicionais propostos		–	7.560	–	7.560
Total do patrimônio líquido		188.863	192.840	188.863	192.840
Total do passivo		45.846	20.937	40.351	15.256
Total do passivo e patrimônio líquido		234.709	213.777	229.214	208.096

Demonstrações de resultados

	Nota	Consolidado 2025	Consolidado 2024	Controladora 2025	Controladora 2024
Receita operacional líquida	24	42.488	47.693	15.632	21.379
Custos dos produtos vendidos	25	(6.516)	(10.264)	(6.516)	(10.264)
Lucro bruto		35.972	37.429	9.116	11.115
Outras receitas (despesas) operacionais					
Vendas	26	(394)	(2.422)	(394)	(2.422)
Administrativas e gerais	27	(9.866)	(8.230)	(8.272)	(6.760)
Outras receitas operacionais		129	2.920	129	2.920
Outras despesas operacionais		(143)	(1.264)	(254)	(1.264)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		25.698	28.433	325	3.589
Receitas financeiras	28	6.017	3.131	5.464	2.998
Despesas financeiras	28	(17)	(29)	(17)	(29)
Financeiras líquidas		6.000	3.102	5.447	2.969
Participação nos lucros de empresas investidas por equivalência patrimonial, líquido de impostos		–	–	22.878	22.168
Resultado antes dos impostos		31.698	31.535	28.650	28.726
Imposto de renda e contribuição social:					
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	(3.128)	(4.109)	(36)	(1.257)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	12	(403)	96	(447)	53
Lucro líquido do exercício		**28.167**	**27.522**	**28.167**	**27.522**

Demonstrações de resultados abrangentes

	Consolidado/Controladora 2025	Consolidado/Controladora 2024
Lucro líquido do exercício	28.167	27.522
Resultado abrangente total	28.167	27.522

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas: Reserva legal	Reservas: Reserva para investimento	Dividendo adicional proposto	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2024	128.288	5.322	(5.322)	20.735	1.110	18.335	7.224	–	175.692
Aumento de capital	8.110	–	–	–	(1.110)	(7.000)	–	–	–
Dividendos adicionais propostos pagos	–	–	–	–	–	–	(7.224)	–	(7.224)
Realização do custo atribuído	–	–	–	(109)	–	–	–	109	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	27.522	27.522
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal	–	–	–	–	1.382	–	–	(1.382)	–
Reserva para investimentos	–	–	–	–	–	15.539	–	(15.539)	–
Dividendos mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	–	(3.150)	(3.150)
Dividendos adicionais propostos	–	–	–	–	–	–	7.560	(7.560)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	136.398	5.322	(5.322)	20.626	1.382	26.874	7.560	–	192.840
Aumento de capital	28.256	–	–	–	(1.382)	(26.874)	–	–	–
Dividendos adicionais propostos pagos	–	–	–	–	–	–	(7.560)	–	(7.560)
Realização do custo atribuído	–	–	–	(189)	–	–	–	189	–
Outros resultados abrangentes									
Ajuste a valor presente - dividendos a pagar	–	–	–	201	–	–	–	–	201
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	28.167	28.167
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal	–	–	–	–	1.418	–	–	(1.418)	–
Reserva para investimentos	–	–	–	–	–	2.153	–	(2.153)	–
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	–	–	(4.200)	(4.200)
Dividendos mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	–	(3.233)	(3.233)
Dividendos adicionais	–	–	–	–	–	–	–	(17.352)	(17.352)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	164.654	5.322	(5.322)	20.638	1.418	2.153	–	–	188.863

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

	Nota	Consolidado 2025	Consolidado 2024	Controladora 2025	Controladora 2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		28.167	27.522	28.167	27.522
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	14 e 15	2.670	2.547	1.297	1.173
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	12	3.531	4.013	483	1.204
Variação monetária, cambial e juros		(17)		(17)	
Custo do ativo imobilizado e intangível baixado		–	1.125	–	1.125
Provisão para contingência		(127)	–	(127)	–
Equivalência patrimonial	13	–	–	(22.878)	(22.168)
		34.224	**35.207**	**6.925**	**8.856**
Variações em:					
Contas a receber de clientes		221	3.109	168	930
Estoques		1.716	572	1.717	571
Impostos a recuperar		(950)	740	(950)	740
Outras contas a receber		(162)	(2.184)	(78)	136
Depósitos judiciais		(3)	(10)	(3)	(10)
Fornecedores		(298)	355	(297)	365
Salários e férias a pagar		41	31	41	31
Impostos e contribuições a recolher		(381)	(628)	(320)	(634)
Outras contas a pagar		4.062	(532)	4.247	(24)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**38.470**	**36.660**	**11.450**	**10.961**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.529)	(3.771)	(542)	(969)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**34.941**	**32.889**	**10.908**	**9.992**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Lucros recebidos e participações societárias		–	–	22.432	19.189
Aquisição de imobilizado	15	(9.096)	(6.094)	(8.985)	(6.094)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimento		**(9.096)**	**(6.094)**	**13.447**	**13.095**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de dividendos		(10.710)	(9.755)	(10.710)	(9.755)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		**(10.710)**	**(9.755)**	**(10.710)**	**(9.755)**
Aumento líquido em caixa e equivalente de caixa		**15.135**	**17.040**	**13.645**	**13.332**
Caixa e equivalentes de caixa em 1° de janeiro		32.977	15.937	29.256	15.924
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		48.112	32.977	42.901	29.256
		15.135	**17.040**	**13.645**	**13.332**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais

1. Contexto operacional: A Comercial Lupo S.A. ("Companhia" ou "Companhia e sua controlada" ou "Grupo" quando se referir as informações consolidadas) foi fundada em 12 de setembro de 1979 e o endereço do escritório da Companhia é na Rodovia Washington Luís, km 276,5, sala 3, cidade de Araraquara, Estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto indústria e comércio de meias, malharia em geral; compra, venda e arrendamento de bens imóveis e a realização de empreendimentos imobiliários; exploração agrícola, pecuária, avícola, florestamento e reflorestamento; importação e exportação; apoio administrativo nas áreas de suas atividades; atividades de vigilância e segurança privada; representação de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, sendo permitido à sociedade agir por conta própria ou de terceiros, na base de comissão, consignação ou de outra forma permitida em lei; prestação de serviços nas áreas de suas atividades; hotelaria e restaurante; empreender, explorar, locar unidades e administrar *shopping center*; participação em outras sociedades, na qualidade de sócia quotista ou acionista.

2. Entidade da Companhia:

	Participação acionária 2025	Participação acionária 2024
Controlada direta		
Lupo Administração e Participações Ltda.	100%	100%

Lupo Administração e Participações Ltda. A Lupo Administração e Participações Ltda. tem por objeto a Administração de bens próprios; a participação em outras sociedades e o comércio de produtos têxteis; a locação, arrendamento e/ou parceria rurais de imóveis; a exploração de atividades agrícolas e pecuárias em geral; e o comércio de produtos agrícolas e pecuários. **3. Base de preparação: a. Declaração de conformidade (com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC):** As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram aprovadas pela Administração e autorizadas para emissão em 20 de março de 2026. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras consolidadas e individuais. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras consolidadas e individuais são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e sua controlada e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota Explicativa n° 10**: Análise econômica para fins de mensuração da provisão para redução ao valor recuperável de clientes. • **Nota Explicativa n° 14 e 15:** Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação das propriedades para investimento e do ativo imobilizado. • **Nota Explicativa n° 21:** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **Mensuração a valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia e sua controlada estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 (premissa para ativo e passivo que não são baseados em observáveis de mercado), e reportes diretamente para a Diretoria Financeira. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia e sua controlada reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa: • **Nota Explicativa n° 22** - Instrumentos financeiros. **6. Mudanças nas principais políticas contábeis:** A Companhia e sua controlada não tiveram quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. **7. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia e sua controlada foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo. **8. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. Abaixo apresentamos um índice das políticas contábeis materiais, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes: **a. Base de consolidação:** ***(i) Controladas:*** As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Controladora. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. ***(ii) Transações eliminadas na***

continua ➔

D4Sign 2510a21b-af7a-4b0c-ba4c-15443652b792 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais da Comercial Lupo S.A.

consolidação: Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, se houver, oriundos de transações com a controlada registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na controlada. Perdas não realizadas, se houver, são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b. Receita operacional:** ***Venda de produtos:*** O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. As mudanças não afetaram as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada. Esta norma estabelece critérios que visa identificar se contabilização da receita foram satisfeitos e correspondem aos seguintes aspectos: • Identificar o contrato com o cliente; • Identificar das obrigações de desempenho estabelecido no contrato; • Determinar o preço da transação; • Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; • Reconhecer a receita no momento em que (ou à medida em que) a entidade cumprir uma obrigação de desempenho. As receitas de vendas de mercadorias são reconhecidas quando as obrigações de performances forem concluídas. ***Receita de aluguel de propriedades para investimento:*** A receita de aluguel de propriedades para investimentos é reconhecida no resultado pelo método linear durante o prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento. A receita de aluguel de outras propriedades é reconhecida como receita operacional. ***Serviços:*** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **c. Arrendamentos:** ***(i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento:*** No início do contrato, a Companhia e sua controlada determinam se ele é ou contém um arrendamento. No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia e sua controlada separam os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento referente aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia e sua controlada concluem, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental a Companhia e sua controlada. ***(ii) Ativos arrendados:*** Arrendamentos de ativos imobilizado que transferem para a Companhia e sua controlada substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e sua controlada. ***(iii) Pagamento de arrendamentos:*** Os pagamentos de arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento. Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. **d. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras do Companhia e sua controlada compreendem: • Receita de juros; • Despesa de juros; • Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; - ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e • Despesas bancárias. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia e sua controlada de receber o pagamento é estabelecido. O Grupo classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • Ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **e. Benefícios a empregados:** ***Benefícios de curto prazo a empregados:*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e sua controlada têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **f. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para imposto de renda e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável no exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido:*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; • Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***Imposto de renda e contribuição social - Controlada Lupo Administração e Participações Ltda.:*** O imposto de renda e a contribuição social da controlada Lupo Administração e Participações Ltda. são apurados através de "lucro presumido". Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% (parceria agrícola) e 32% (locação de imóveis), acrescido de outras receitas operacionais, para fins de imposto de renda; e a 12% (vendas de produtos/recebimentos) e 32% (locação de imóveis), acrescido de outras receitas operacionais, para fins de contribuição social. Imposto de renda corrente - Calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240. Contribuição social corrente - Calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável. **g. Contas a receber de clientes e outros créditos:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é contra a receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e será apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação. As provisões para perda de crédito esperada com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e sua controlada consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e sua controlada, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). **h. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **i. Imobilizado e propriedade para investimento:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e sua controlada incluem o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e gerar as condições necessárias para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais no resultado. ***(ii) Custos subsequentes:*** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e sua controlada. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. ***(iii) Depreciação:*** Itens de propriedades para investimentos são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens de propriedades para investimentos, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil e outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e sua controlada obterão a propriedade do bem ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis médias estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Edifícios	50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	09 anos
Móveis e utensílios	09 anos
Veículos e implementos	06 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	34 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. ***(iv) Propriedade para investimento:*** A propriedade para investimento é mensurada pelo custo, amortizada mensalmente e o valor justo é divulgado anualmente nas demonstrações financeiras. **j. Ativo intangível:** Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e sua controlada e têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada. ***(i) Amortização:*** Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **k. Instrumentos financeiros:** ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio de resultado (VRJ), acrescido, para um item não mensurado os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente:*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e sua controlada podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:* A Companhia e sua controlada realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e sua controlada; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e sua controlada. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:* Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia e sua controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e sua controlada consideram: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia e sua controlada a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:* O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:* Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***(iii) Desreconhecimento:*** *Ativos financeiros:* A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando: • A Companhia e sua controlada transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual: • Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • A Companhia e sua controlada nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros:* A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e sua controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. *Reforma da taxa de juros:* Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia e sua controlada atualizam a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas: • A mudança é necessária como consequência direta da reforma; e • A nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente a base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança. Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, o Grupo atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Companhia e sua controlada aplicam as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais. ***(iv) Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **l. Capital social:** A Companhia possui somente ações ordinárias classificadas no seu patrimônio líquido compondo seu capital social. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. *Recompra de ações (ações em tesouraria):* Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração pago, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido (reserva de capital), e o excedente ou o déficit resultante é transferido para lucros acumulados ou capital social através de integralização aprovada pelos acionistas. **m. Redução ao valor recuperável (*impairment*):** ***(i) Ativos financeiros não derivativos:*** *Instrumentos financeiros e ativos contratuais:* A Companhia e sua controlada reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e • Ativos de contrato. A Companhia e sua controlada também reconheceram provisões para perdas esperadas de crédito sobre recebíveis de arrendamento que são divulgados como parte do contas a receber e outros recebíveis. A Companhia e sua controlada mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e sua controlada consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e sua controlada, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia e sua controlada presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Companhia e sua controlada consideram um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a companhia está exposta ao risco de crédito. *Mensuração das perdas de crédito esperadas:* As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e sua controlada de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e sua controlada esperam receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. *Ativos financeiros com problemas de recuperação:* Em cada data de balanço, a Companhia e sua controlada avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do devedor; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:* A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. *Baixa:* O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e sua controlada não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e sua controlada adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e sua controlada fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e sua controlada não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e sua controlada para a recuperação dos valores devidos. ***(ii) Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e sua controlada, que não as propriedades para investimento, os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **n. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **o. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** As novas normas e interpretações emitidas, relacionadas abaixo serão efetivas para exercícios iniciados após 1° de janeiro de 2027. A Companhia e suas controladas, não as adotaram antecipadamente, na preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. ***(i) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:*** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de

continua

D4Sign 2510a21b-af7a-4b0c-ba4c-15443652b792 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais da Comercial Lupo S.A.

partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. ***(ii) Outras Normas Contábeis:*** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiras (alterações IFRS 9 e IFRS 7):

9. Caixa e equivalentes de caixa:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Caixa	18	10	18	10
Saldo bancário	33	49	33	49
Aplicação financeira	48.061	32.918	42.850	29.197
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	48.112	32.977	42.901	29.256

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações são remuneradas por taxas variáveis de 98% a 99,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (100% a 109% em 2024), tendo como contraparte bancos de primeira linha para minimizar o risco de crédito, política adotada pela Companhia e sua controlada no gerenciamento desses ativos financeiros. A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros é divulgada na Nota Explicativa nº 22.

10. Contas a receber de clientes:

	Nota	Consolidado 2025	Consolidado 2024	Controladora 2025	Controladora 2024
Contas a receber - no país		2.706	2.917	2.706	2.864
Contas a receber - partes relacionadas	19	105	115	105	115
Menos:					
Provisão para redução do valor recuperável		(4)	(4)	(4)	(4)
		2.807	3.028	2.807	2.975
Ativo circulante		2.807	3.028	2.807	2.975

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a contas a receber de clientes e outros créditos é divulgada na Nota Explicativa nº 22.

11. Estoques:

	Consolidado 2025	Consolidado 2024	Controladora 2025	Controladora 2024
Adiantamento a fornecedores	9	1.715	9	1.715
Outros estoques	81	91	29	39
	90	1.806	38	1.754

A Companhia e sua controlada não identificaram indícios para constituir provisão para estoques obsoletos. **12. Imposto de renda e contribuição social diferidos: a. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias, entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência; e (ii) aos efeitos gerados pela depreciação por diferenças de taxas. Impostos e contribuições diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

	Consolidado 2025	Consolidado 2024	Controladora 2025	Controladora 2024
Ativos de impostos diferidos				
Provisão para crédito duvidosos	1	1	1	1
Provisão para contingências	–	43	–	43
	1	44	1	44
Passivos de impostos diferidos				
Provisão sobre o custo atribuído	(10.145)	(10.243)	(5.639)	(5.693)
Provisão e depreciação por diferenças de taxas	(2.532)	(2.074)	(2.532)	(2.074)
	(12.677)	(12.317)	(8.171)	(7.767)
Passivo de impostos diferidos (líquido)	(12.676)	(12.273)	(8.170)	(7.723)

b. Movimentação das diferenças temporárias durante o exercício: A Administração da Companhia considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

Consolidado	01 de janeiro de 2024	Reconhecidos no resultado do exercício	2024	Reconhecidos no resultado do exercício	2025
Ativos					
Provisão para créditos duvidosos	1	–	1	–	1
Provisão para contingências	43	–	43	(43)	–
	44	–	44	(43)	1
Passivos					
Provisão sobre o custo atribuído	(10.725)	480	(10.243)	98	(10.145)
Provisão e depreciação por diferenças de taxas	(1.688)	(384)	(2.074)	(458)	(2.532)
	(12.413)	96	(12.317)	(360)	(12.677)
Líquido	(12.369)	96	(12.273)	(403)	(12.676)

Controladora	01 de janeiro de 2024	Reconhecidos no resultado do exercício	2024	Reconhecidos no resultado do exercício	2025
Ativos					
Provisão para créditos duvidosos	1	–	1	–	1
Provisão para contingências	43	–	43	(43)	–
	44	–	44	(43)	1
Passivos					
Provisão sobre o custo atribuído	(6.132)	439	(5.693)	54	(5.639)
Provisão e depreciação por diferenças de taxas	(1.688)	(386)	(2.074)	(458)	(2.532)
	(7.820)	53	(7.767)	(404)	(8.171)
Líquido	(7.776)	53	(7.723)	(447)	(8.170)

c. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado 2025	Consolidado 2024	Controladora 2025	Controladora 2024
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	31.698	31.535	28.650	28.726
(–) Lucros antes de impostos de empresas do lucro presumido	(25.926)	(24.977)	–	–
	5.772	6.558	28.650	28.726
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:				
Pela alíquota fiscal combinada	(1.962)	(2.230)	(9.741)	(9.767)
(–) Deduções de juros sobre o capital próprio	1.428	–	1.428	–
Resultado da Equivalência Patrimoinial	–	–	7.779	7.537
Adições/exclusões permanentes:				
Prejuízos Fiscais - Reconhecimento e Utilização	26	565	26	565
Benefício Fiscal - PERSE	–	399	–	399
Benefício Fiscal - Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)	7	38	7	38
Outras Adições e exclusões	18	24	18	24
Imposto decorrente de apuração de empresas no lucro presumido(*)	(3.048)	(2.809)	–	–
Efeito da diferença de apuração	**(3.531)**	**(4.013)**	**(483)**	**(1.204)**
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(3.128)	(4.109)	(36)	(1.257)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(403)	96	(447)	53
	(3.531)	**(4.013)**	**(483)**	**(1.204)**
Alíquota efetiva	-61,17%	-61,20%	-1,69%	-4,19%

(*) Ajuste em virtude de o imposto de renda e a contribuição social da controlada Lupo Administração e Participação Ltda. serem apurados através de "lucro presumido".

13. Investimentos: a. Composição dos saldos:

	Controladora 2025	Controladora 2024
Participação em empresas controladas	88.061	88.146
Total	88.061	88.146

b. Movimentação dos saldos - Controlada:

	Lupo Adm. e Particip. Ltda. 2025	Lupo Adm. e Particip. Ltda. 2024
Receita operacional líquida		
Ações/quotas possuídas	79.316	79.316
Capital social	79.315	79.316
Ativo	95.388	95.128
Passivo	7.327	6.982
Patrimônio líquido	88.061	88.146
Receita líquida	26.856	26.314
Despesas e custos	(930)	(1.337)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	(3.048)	(2.809)
Resultado do exercício	22.878	22.168
Percentual de participação	100%	100%
Valor contábil do investimento no início do exercício	**88.146**	**88.315**
Dividendos e lucros recebidos antecipadamente	(21.131)	(1.847)
Dividendos e lucros recebidos no exercício	–	(19.189)
Dividendos e lucros a receber	(1.832)	(1.301)
Resultado da equivalência patrimonial	22.878	22.168
Valor contábil do investimento no final do período	**88.061**	**88.146**

14. Propriedades para investimentos:

	Consolidado Terrenos e edifícios
Custo ou custo atribuído:	
Saldos em 01 de janeiro de 2024	119.624
Saldos em 31 de dezembro de 2024	119.624
Saldos em 31 de dezembro de 2025	119.624
Depreciação:	
Saldos em 01 de janeiro de 2024	(8.875)
Depreciação no exercício	(1.588)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(10.463)
Depreciação no exercício	(1.588)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(12.051)
Valor líquido contábil:	
Saldo residual em 31/12/2024	109.161
Saldo residual em 31/12/2025	107.573

Os ativos alocados como propriedade para investimento da controlada se referem a todo o parque fabril da unidade da Lupo S.A. (Araraquara) e Lupo Nordeste Ltda. (Pacatuba). O valor justo das propriedades para investimento no consolidado é de R$ 268.637 em 2025 (R$ 268.886 em 2024).

	Controladora Terrenos e edifícios
Custo ou custo atribuído:	
Saldos em 01 de janeiro de 2024	25.300
Saldos em 31 de dezembro de 2024	25.300
Saldos em 31 de dezembro de 2025	25.300
Depreciação:	
Saldos em 01 de janeiro de 2024	(4.242)
Depreciação no exercício	(217)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(4.459)
Depreciação no exercício	(218)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(4.677)
Valor líquido contábil:	
Saldo residual em 31/12/2024	20.841
Saldo residual em 31/12/2025	20.623

O valor justo das propriedades para investimento na controladora é de R$ 45.357 em 2025 (R$ 45.517 em 2024).

15. Imobilizado:

Consolidado	Terrenos e edifícios	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Bens em construção	Edifícios	Total
Custo e custo atribuído:								
Saldo em 01 de janeiro de 2024	53.772	398	2.749	12	–	9.823	140	66.894
Adições	273	–	79	23	10	5.709	–	6.094
Alienações	(1.115)	–	(10)	(11)	–	–	–	(1.136)
Transferências	4.682	–	(323)	–	323	(4.682)	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	57.612	398	2.495	24	333	10.850	140	71.852
Adições	4.550	–	92	–	8	4.446	–	9.096
Reclassificação custo aquisição	(2.985)	(125)	–	–	–	3.160	(28)	22
Transferências	11.062	(37)	37	–	–	(10.989)	(73)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2025	70.239	236	2.624	24	341	7.467	39	80.970
Depreciação:								
Saldo em 01 de janeiro de 2024	(4.918)	(195)	(1.725)	(11)	–	–	(33)	(6.882)
Depreciação do exercício	(743)	(5)	(176)	(2)	(26)	–	(7)	(959)
Amortização mais-valia	–	–	–	11	–	–	–	11
Transferências	–	–	258	–	(258)	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(5.661)	(200)	(1.643)	(2)	(284)	–	(40)	(7.830)
Depreciação do exercício	(879)	(4)	(165)	(6)	(21)	–	(7)	(1.082)
Reclassificação depreciação	(21)	–	(29)	–	–	–	28	(22)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(6.561)	(204)	(1.837)	(8)	(305)	–	(19)	(8.934)
Valor líquido contábil:								
Saldo residual em 31/12/2024	51.951	198	852	22	49	10.850	100	64.022
Saldo residual em 31/12/2025	63.678	32	787	16	36	7.467	20	72.036

Controladora	Terrenos, edifícios e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Bens em construção	Outros	Total
Custo e custo atribuído:								
Saldo em 01 de janeiro de 2024	52.928	398	2.749	11	–	9.622	140	65.848
Adições	273	–	79	23	10	5.709	–	6.094
Alienações	(1.115)	–	(10)	(11)	–	–	–	(1.136)
Transferências	4.682	–	(323)	–	323	(4.682)	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	56.768	398	2.495	23	333	10.649	140	70.806
Adições	4.550	–	92	–	8	4.335	–	8.985
Reclassificação custo aquisição	(2.985)	(125)	–	–	–	3.160	(28)	22
Transferências	11.062	(37)	37	–	–	(10.989)	(73)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2025	69.395	236	2.624	23	341	7.155	39	79.813
Depreciação:								
Saldo em 01 de janeiro de 2024	(4.671)	(195)	(1.725)	(11)	–	–	(33)	(6.635)
Depreciação do exercício	(739)	(5)	(176)	(2)	(26)	–	(7)	(955)
Alienações	–	–	–	11	–	–	–	11
Transferências	–	–	258	–	(258)	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(5.410)	(200)	(1.643)	(2)	(284)	–	(40)	(7.579)
Depreciação do exercício	(877)	(4)	(165)	(6)	(21)	–	(7)	(1.080)
Reclassificação depreciação	(21)	–	(29)	–	–	–	28	(22)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(6.308)	(204)	(1.837)	(8)	(305)	–	(19)	(8.681)
Valor líquido contábil:								
Saldo residual em 31/12/2024	51.358	198	852	21	49	10.649	100	63.227
Saldo residual em 31/12/2025	63.087	32	787	15	36	7.155	20	71.132

Imobilizado em construção: Em 2025 houve a conclusão de algumas obras, entre estas benfeitorias no Hotel Fazenda, que foram transferidas para terrenos e edifícios totalizando R$ 10.989, resultando assim em um saldo líquido em "Bens em construção" de R$ 7.155 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 10.649 em 2024). **Garantia:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não havia propriedades sujeitas a fiança registrada para garantir empréstimos bancários. **Valor recuperável do ativo imobilizado:** Para os exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

16. Fornecedores:

	Consolidado 2025	Consolidado 2024	Controladora 2025	Controladora 2024
Fornecedores mercado interno	664	1.059	664	1.058
Fornecedores - Partes relacionadas	111	14	111	14
	775	1.073	775	1.072

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na Nota Explicativa nº 22.

17. Salários e férias a pagar:

	Consolidado e Controladora 2025	Consolidado e Controladora 2024
Salários e ordenados a pagar	115	104
Provisão PPR	40	34
Provisão de férias	1.474	1.450
	1.629	1.588

18. Impostos e contribuições a recolher:

	Consolidado 2025	Consolidado 2024	Controladora 2025	Controladora 2024
ICMS	7	14	7	14
Previdência social a recolher	238	208	226	208
FGTS a recolher	62	47	62	47
COFINS a recolher	146	150	78	80
IRRF a recolher	72	109	72	109
PIS a recolher	28	27	13	12
ISS a recolher	55	49	55	49
Outros	5	1	4	1
	613	605	517	520
Imposto de renda e contribuição social	765	749	–	17
	1.378	1.354	517	537

19. Partes relacionadas:

		Consolidado 2025 Saldos	Consolidado 2025 Receitas (despesas)	Consolidado 2024 Saldos	Consolidado 2024 Receitas (despesas)
Ativo circulante	**Relacionamento**				
Venda de produtos					
Lupo S/A	Relacionada	14	783	17	865
Lupo Lojas Ltda.	Relacionada	37	99	98	99
		51	882	115	964
Aluguéis a receber e outros					
Lupo S/A	Relacionada	1.832	21.528	1.781	20.683
Lupo Nordeste Ltda.	Relacionada	435	4.975	400	4.800
Lupo Lojas Ltda.	Relacionada	54	240	24	24
Lojas diversas	Acionistas e Familiares	18	68	8	43
		2.339	26.811	2.213	25.550
Total do ativo		2.390	27.693	2.328	26.514
Passivo circulante	**Relacionamento**				
Fornecedores					
Lupo S/A	Relacionada	(82)	(982)	(9)	(1.274)
Lupo Lojas Ltda.	Relacionada	(29)	(105)	(5)	(5)
		(111)	(1.087)	(14)	(1.279)
Dividendos e Juros sobre capital próprio					
Acionistas		(23.954)	(23.954)	(3.150)	(3.150)
Passivo não circulante					
Dividendos e Juros sobre capital próprio					
Acionistas		(759)	(759)	–	–
Total do passivo		(24.824)	(25.800)	(3.164)	(4.429)

		Controladora 2025 Saldos	Controladora 2025 Receitas (despesas)	Controladora 2024 Saldos	Controladora 2024 Receitas (despesas)
Ativo circulante	**Relacionamento**				
Venda de produtos					
Lupo S/A	Relacionada	14	783	17	865
Lupo Lojas Ltda.	Relacionada	37	37	98	99
		51	820	115	964
Aluguéis a receber					
Lupo Lojas Ltda.	Relacionada	54	240	24	24
Lojas diversas	Acionistas e Familiares	18	68	8	43
		72	308	32	67
Dividendos e Juros sobre capital próprio					
Acionistas		1.832	1.301	1.301	1.301
Total do ativo		1.955	2.429	1.448	2.332
Passivo circulante					
Fornecedores					
Lupo S/A	Relacionada	(82)	(982)	(9)	(1.274)
Lupo Lojas Ltda.	Relacionada	(29)	(105)	(5)	(5)
		(111)	(1.087)	(14)	(1.279)
Dividendos e Juros sobre capital próprio					
Acionistas		(23.195)	(23.195)	(3.150)	(3.150)
Passivo não circulante					
Dividendos e Juros sobre capital próprio					
Acionistas		(759)	(759)	–	–
Total do passivo		(24.065)	(25.041)	(3.164)	(4.429)

Lupo S.A.: O saldo a pagar e a receber com a Lupo S.A. refere-se, respectivamente, a compra de produtos para revenda nas lojas de propriedade da Companhia, como meias, cuecas, *lingeries*, entre outros, e a compra de matéria-prima, produtos como cuecas e calcinhas, aluguéis e recebimento dos juros sobre capital próprio e dividendos. **Lupo Administração e Participações Ltda.:** O saldo com a Lupo Administração e Participações Ltda. refere-se ao recebimento de lucros do exercício. **Acionistas e familiares:** O saldo a receber com os acionistas e familiares refere-se, respectivamente, a aluguéis de imóveis. **Remuneração da Diretoria:** Os diretores são as pessoas-chave que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, entre outros), contabilizados na rubrica "Despesas com dirigentes". Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração estão apresentados abaixo:

	2025	2024
Remuneração da Diretoria	36	36

20. Outras contas a pagar:

	Consolidado 2025	Consolidado 2024	Controladora 2025	Controladora 2024
Adiantamentos clientes diversos	5.405	1.344	5.277	1.031
Depositos não identificados	29	28	29	28
	5.434	1.372	5.306	1.059
Passivo circulante	1.339	1.372	1.211	1.059
Passivo não circulante	4.095	–	4.095	–

21. Provisões para processos judiciais: A Companhia possui ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, reverteu em 31 de dezembro de 2025 a constituição da provisão de natureza trabalhista, ao qual até 31 de dezembro de 2024 era em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como apresentado a seguir:

	2025	2024
Saldo provisão natureza trabalhista	–	127

Provisões cíveis e trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possuía em andamento processos, cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda.

continua ★

D4Sign 2510a21b-af7a-4b0c-ba4c-15443652b792 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais da Comercial Lupo S.A.

22. Instrumentos financeiros: a. Classificação contábil e valores justos: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

							Consolidado
			Valor contábil				Valor justo
31 de dezembro de 2025	Valor justo através do resultado (Negociação)	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	48.061	51	–	48.112	48.061	–	48.061
Contas a receber e outras contas a receber	–	5.307	–	5.307	–	–	–
Passivos							
Fornecedores	–	–	(775)	(775)	–	–	–
Outras contas a pagar	–	–	(5.434)	(5.434)	–	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	–	23.954	–	23.954	–	–	–

			Valor contábil				Valor justo
31 de dezembro de 2024	Valor justo através do resultado (Negociação)	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	32.918	59	–	32.977	32.918	–	32.918
Contas a receber e outras contas a receber	–	5.366	–	5.366	–	–	–
Passivos							
Fornecedores	–	–	(1.073)	(1.073)	–	–	–
Outras contas a pagar	–	–	(1.372)	(1.372)	–	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	–	3.150	–	3.150	–	–	–

							Controladora
			Valor contábil				Valor justo
31 de dezembro de 2025	Valor justo através do resultado (Negociação)	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	42.850	51	–	42.901	42.850	–	42.850
Contas a receber e outras contas a receber	–	3.036	–	3.036	–	–	–
Dividendos a receber	–	1.832	–	1.832	–	–	–
Passivos							
Fornecedores	–	–	(775)	(775)	–	–	–
Outras contas a pagar	–	–	(5.306)	(5.306)	–	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	–	23.954	–	23.954	–	–	–

			Valor contábil				Valor justo
31 de dezembro de 2024	Valor justo através do resultado (Negociação)	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	29.197	59	–	29.256	29.197	–	29.197
Contas a receber e outras contas a receber	–	3.126	–	3.126	–	–	–
Dividendos a receber	–	1.301	–	1.301	–	–	–
Passivos							
Fornecedores	–	–	(1.072)	(1.072)	–	–	–
Outras contas a pagar	–	–	(1.059)	(1.059)	–	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	–	3.150	–	3.150	–	–	–

b. Determinação do valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. ***Caixa e equivalentes de caixa:*** Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos. ***Contas a receber de clientes e outros créditos:*** O valor justo de contas a receber de clientes e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação. ***Passivos financeiros não derivativos:*** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. **c. Gerenciamento de riscos financeiros:** ***Visão geral:*** A Companhia e sua controlada apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia e sua controlada, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital da Companhia e sua controlada. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. ***Estrutura do gerenciamento de risco:*** A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada. Os gestores de cada departamento reportam-se regularmente à Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e sua controlada, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e sua controlada. A Companhia e sua controlada, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. ***Risco de crédito:*** Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo. Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito. ***Contas a receber de clientes e outros créditos:*** A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento no mercado que o cliente opera. A Companhia e sua controlada estabeleceram uma política de crédito sob a qual todo novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento e entrega da Companhia e sua controlada serem oferecidos. A análise da Companhia e sua controlada inclui avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Limites de compras são estabelecidos para cada cliente, que representam o montante máximo em aberto sem exigir a aprovação da Diretoria; esses limites são revisados anualmente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido pela Companhia e sua controlada somente poderá operar em base de pagamentos antecipados. Contas a receber de clientes e outros créditos são relacionados, principalmente, aos clientes de varejo da Companhia e sua controlada. Clientes classificados como de "alto risco" são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pela Diretoria, sendo suas vendas futuras feitas com base em pagamentos antecipados. A Companhia e sua controlada não exigem garantias com relação às contas a receber de clientes e outros créditos. O Grupo exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis. A Companhia e sua controlada estabelecem uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos. Uma análise da qualidade de crédito do saldo de contas a receber de clientes que não estavam vencidas nem reduzidas ao valor recuperável e o vencimento das contas a receber de clientes vencidas mas não reduzidas ao valor recuperável está apresentada abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber - a vencer	2.721	3.025	2.721	2.972
Contas a receber - vencidos				
De 0 a 30 dias	1	–	1	–
De 91 a 180 dias	46	–	46	–
Acima de 181 dias	39	3	39	3
	2.807	3.028	2.807	2.975

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de a Companhia e sua controlada encontrarem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e sua controlada na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e sua controlada. A Administração julga que a Companhia e sua controlada não têm risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa no conceito de *Earning Before Income Taxes, Depreciation and Amortization (Ebitda)* e sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez. A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

				Consolidado
31 de dezembro de 2025	Valor contábil	6 meses ou menos	7 - 12 meses	1 - 2 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	775	775	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	23.954	–	23.195	960
Outras contas a pagar	5.434	1.339	–	4.095
31 de dezembro de 2024	Valor contábil	6 meses ou menos	7 - 12 meses	1 - 2 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	1.073	1.073	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	3.150	3.150	–	–
Outras contas a pagar	1.372	1.372	–	–

				Controladora
31 de dezembro de 2025	Valor contábil	6 meses ou menos	7 - 12 meses	1 - 2 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	775	775	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	23.954	–	23.195	960
Outras contas a pagar	5.306	1.211	–	4.095
31 de dezembro de 2024	Valor contábil	6 meses ou menos	7 - 12 meses	1 - 2 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	1.072	1.072	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	3.150	3.150	–	–
Outras contas a pagar	1.059	1.059	–	–

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e sua controlada, possam ser realizados antecipadamente. ***Risco de mercado:*** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia e sua controlada ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno. A Companhia e sua controlada mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos seus resultados. Adicionalmente, também são analisados quaisquer outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra estes. ***Risco de taxa juros:*** O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	48.112	32.977	42.901	29.256
Posição líquida	48.112	32.977	42.901	29.256

As operações da Companhia e sua controlada são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas, por CDI; sendo assim, a Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Companhia e sua controlada. ***Risco operacional:*** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e sua controlada e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e sua controlada. O objetivo da Companhia e sua controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e sua controlada e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. ***Gestão de capital:*** A política da Companhia e sua controlada é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e sua controlada definem como resultados de atividades operacionais divididos pelo capital empregado médio *Economic Value Added* (EVA). A Diretoria também monitora o nível de dividendos para os acionistas. A dívida da Companhia e sua controlada para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Total do passivo	45.846	20.937	40.351	15.256
Menos: Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(48.112)	(32.977)	(42.901)	(29.256)
Dívida líquida (A)	(2.266)	(12.040)	(2.550)	(14.000)
Total do patrimônio líquido (B)	188.863	192.840	188.863	192.840
Relação da dívida líquida sobre o capital ajustado (A/B)	-1,20%	-6,24%	-1,35%	-7,26%

Não houve alterações na abordagem da Companhia e sua controlada à Administração de capital durante o exercício. **23. Patrimônio líquido: Capital social:** O capital social teve um aumento conforme Atas de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no valor de R$ 28.255 através de reversão de reserva legal e reserva para investimentos, totalizando um capital social integralizado de R$ 164.654 (R$ 136.398 em 2024), dividido em 131.730.240 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Reserva de lucros:** ***Reserva legal:*** É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. ***Reserva para investimento:*** Trata-se de reserva estatutária calculada com base no saldo remanescente dos lucros apurados no exercício após as destinações legais obrigatórias (reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios) sendo destinada à aplicação em investimentos futuros, que visa a financiar parte do orçamento de capital, preparado pela Diretoria, compreendendo benfeitorias e capital de giro, e seu valor foi proposto pela Administração para posterior aprovação dos acionistas em Assembleia realizada em dezembro de 2025. **Dividendos e remuneração sobre o capital próprio:** O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 12% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	28.167	27.522
(+) Ajuste de avaliação patrimonial	189	108
(–) Reserva legal (5%)	(1.418)	(1.381)
(=) Base de cálculo	26.938	26.249
Dividendos mínimos obrigatórios (12%)	3.233	3.150
Composição dos juros sobre o capital próprio:		
Juros sobre o capital próprio bruto	4.200	–
Efeito do imposto de renda retido (15%)	(630)	–
Juros sobre o capital próprio líquido total	3.570	–
Atribuição dos juros sobre o capital próprio líquido total e dividendos:		
Juros sobre o capital próprio líquido, atribuído como dividendos mínimos obrigatórios	3.233	–
Juros sobre o capital próprio líquido	337	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	3.150
Dividendos adicionais	20.585	7.560
Ajuste a valor presente	(201)	–
	23.954	10.710
Passivo circulante	23.195	3.150
Passivo não circulante	759	–
Patrimônio líquido	–	7.560

As destinações propostas obtiveram aprovação pelos acionistas em Assembleia dentro do exercício de 2025. ***Ajustes de avaliação patrimonial:*** Decorrentes do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em consequência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem. Na medida em que os bens, objeto da atribuição de novo valor, são depreciados ou baixados contra o resultado, os respectivos valores são transferidos da conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial para Lucros acumulados. **24. Receita operacional líquida:** O Grupo possui quatro divisões estratégicas, que são seus segmentos reportáveis. Estas divisões oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de marketing. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo:

Segmentos reportáveis	Operações
- Venda de mercadorias - alimentício	Compra e venda de mercadorias do gênero alimentício
- Hospedagens	Recepção e alojamento de hóspedes
- Aluguéis e arrendamentos	Aluguéis e arrendamentos de edificações e salas comerciais
- Parceria agrícola	Cessão ao parceiro-produtor o uso da terra

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Receitas totais				
Venda de mercadorias - alimentício	2.280	2.823	2.280	2.823
Venda de mercadorias - vestuário	–	8.880	–	8.880
Hospedagens	10.598	10.672	10.598	10.672
Aluguéis e arrendamentos	27.791	26.532	1.249	1.013
Serviços prestados	2.954	2.058	2.954	2.058
Parceria agrícola	1.320	1.777	–	–
	44.943	52.742	17.081	25.446
Menos:				
Impostos sobre vendas	(2.455)	(4.381)	(1.449)	(3.399)
Devoluções e abatimentos	–	(668)	–	(668)
Total da receita operacional líquida	42.488	47.693	15.632	21.379

25. Custos das mercadorias vendidas e serviços prestados:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Custos dos produtos vendidos	(1.730)	(5.199)	(1.730)	(5.199)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(32)	(536)	(32)	(536)
Despesas com pessoal	(2.229)	(2.819)	(2.229)	(2.819)
Serviços prestados por terceiro	(1.814)	(668)	(1.814)	(668)
Consumo de agua e energia elétrica	(307)	(606)	(307)	(606)
Depreciação e amortização	(442)	(425)	(442)	(425)
Outros	38	(11)	38	(11)
	(6.516)	(10.264)	(6.516)	(10.264)

26. Despesas com vendas:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Despesas com fretes	–	(1)	–	(1)
Serviços prestados e outros	(177)	(900)	(177)	(900)
Despesas com pessoal vendas	–	(1.313)	–	(1.313)
Propaganda e publicidade	(209)	(69)	(209)	(69)
Materiais de consumo	–	(96)	–	(96)
Depreciação e amortização	(8)	(43)	(8)	(43)
	(394)	(2.422)	(394)	(2.422)

27. Despesas administrativas e gerais:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Despesas com pessoal	(3.653)	(2.992)	(3.653)	(2.989)
Serviços prestados e outros	(2.865)	(1.749)	(2.752)	(1.681)
Despesas com dirigentes	(336)	(36)	(336)	(36)
Depreciação e amortização	(2.221)	(2.079)	(847)	(705)
Despesas gerais	(791)	(1.374)	(684)	(1.349)
	(9.866)	(8.230)	(8.272)	(6.760)

28. Receitas e despesas financeiras:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Receita financeira:				
Receita sobre aplicação financeira	5.883	2.691	5.330	2.558
Juros recebidos	134	118	134	118
Descontos obtidos	–	322	–	322
Total das receitas financeiras	6.017	3.131	5.464	2.998
Despesa financeira:				
Despesas bancárias	(15)	(17)	(15)	(17)
Despesas de juros sobre passivos	(2)	(10)	(2)	(10)
Descontos concedidos (financeiro)	–	(2)	–	(2)
Total das despesas financeiras	(17)	(29)	(17)	(29)
Financeiras líquidas	6.000	3.102	5.447	2.969

Diretoria

Liliana Aufiero – Diretora-presidente
Carlos Alberto Mazzeu – Diretor Vice-presidente e Diretor de RI
João Daniel Buoro – Diretor Financeiro

Contadora

Lisiane Uesono
CRC/SP nº 1SP 256905/O-0

Conselho da Administração

Carlos Dinucci - Presidente
Membros:
Elvio Lupo Júnior
Aldo Lupo Medina
Humberto Quirino dos Santos de Aicardi
Rômulo Lupo de Almeida

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras, compreendendo o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Conta de Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como, nos termos dos artigos 163, inciso III, 169, §1º e 193, §2º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o aumento do capital social da Companhia, de R$ 164.653.246,00 para R$ 168.224.913,00, no valor de R$ 3.571.667,00 (três milhões, quinhentos e setenta e um mil, seiscentos e sessenta e sete reais), sem emissão de novas ações, mediante a capitalização das seguintes parcelas constantes do Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2025: (1) R$ 1.381.516,37, provenientes do saldo de Reserva Legal; e (2) R$ 5.934.528,63, provenientes de parte do saldo de Reserva para Investimentos ("Aumento de Capital"). Com base nos exames efetuados, considerando ainda o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido pela KPMG Auditores Independentes, os Senhores Conselheiros abaixo assinados opinaram favoravelmente a respeito dos supracitados documentos e ao Aumento de Capital, informando que se encontram em condições de serem votados e aprovados pelos Senhores Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

De São Paulo para Araraquara-SP, 19 de março de 2026
Sérgio Odair Perguer
Conselheiro Presidente
Wagner Mar
Conselheiro
Camila Curbani Lemos
Conselheira

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Aos Diretores e aos Acionistas da Comercial Lupo S.A.: Araraquara - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Comercial Lupo S.A. ("Companhia" ou "Grupo"), e sua controlada, que compreendem o balanço patrimonial consolidado e individual em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas e individuais do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, consolidada e individual, da Comercial Lupo S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado e individual de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no

continua →★

D4Sign 2510a21b-af7a-4b0c-ba4c-15443652b792 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

continuação

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Comercial Lupo S.A.

Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas e individuais:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas e individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 20 de março de 2026

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Giovani Ricardo Pigatto
Contador CRC 1SP263189/O-7

D4Sign 2510a21b-af7a-4b0c-ba4c-15443652b792 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

7 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 25 de March de 2026, 09:08:25

ASSINAR 1 pdf

Código do documento 2510a21b-af7a-4b0c-ba4c-15443652b792

Assinaturas

JORNAL O IMPARCIAL DE ARARAQUARA LTDA:38249305000104
Certificado Digital
jornaloimparcialararaquara@gmail.com
Assinou

Eventos do documento

25 Mar 2026, 09:05:39
Documento 2510a21b-af7a-4b0c-ba4c-15443652b792 **criado** por DANIELA SIMOES CORREA DA SILVA FERNANDES (89490022-942a-420d-811e-5e0d3515664e). Email:jornaloimparcialararaquara@gmail.com. - DATE_ATOM: 2026-03-25T09:05:39-03:00

25 Mar 2026, 09:07:24
Assinaturas **iniciadas** por DANIELA SIMOES CORREA DA SILVA FERNANDES (89490022-942a-420d-811e-5e0d3515664e). Email: jornaloimparcialararaquara@gmail.com. - DATE_ATOM: 2026-03-25T09:07:24-03:00

25 Mar 2026, 09:07:51
ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - JORNAL O IMPARCIAL DE ARARAQUARA LTDA:38249305000104 **Assinou** Email: jornaloimparcialararaquara@gmail.com. IP: 187.34.126.217 (187-34-126-217.dsl.telesp.net.br porta: 26534). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Autoridade Certificadora ALTERNATIVE,CN=JORNAL O IMPARCIAL DE ARARAQUARA LTDA:38249305000104. - DATE_ATOM: 2026-03-25T09:07:51-03:00

Hash do documento original
(SHA256):8d2b2a55afece7211eb71bcc513522e687e147fa1eea492b6817aa5d5a2bedf5
(SHA512):beb007bfe0886194824c4e1f37700774579884f9d1cda743d0fb71b70bf74e4146d90b367cfbe8e9248149fb61013dced551758aabcc2ded3fc2922b801672f4

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign
Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL
Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.